

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.119 - RS (2019/0286773-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : UNITFOUR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
ADVOGADOS : FERNANDA MATIAS RAMOS - SP296065
EDUARDA SILVA CHAVES TOSI E OUTRO(S) - SP299607
AGRAVADO : JANAINA CHAGAS DA SILVA
ADVOGADOS : JACSON SIMON - RS066477
TIAGO SANGIOGO E OUTRO(S) - RS072814

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por UNITFOUR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. contra decisão proferida pela Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que, relativamente ao recurso especial apresentado: *i) negou-lhe seguimento*, com base na conformidade do acórdão recorrido com as teses firmadas nos julgamentos dos recursos repetitivos REsp 1.061.134/RS e 1.062.336/RS (Temas 37, 38 e 40), quanto à legitimidade passiva de órgãos mantenedores de cadastros restritivos e à configuração de dano moral indenizável pela ausência de prévia notificação da inclusão do nome nos referidos cadastros; e *ii) inadmitiu-o*, no tocante à pretensão de revisão dos aludidos entendimentos, ante os óbices das Súmulas 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 276-290).

Nas razões do presente agravo, a parte agravante alega: *a)* a divergência com REsp 1.444.469/DF; *b)* a ilegitimidade passiva pela ausência de notificação do devedor previamente à sua inscrição em cadastro de proteção, por ser mera reguladora de banco de dados; e *c)* a inexistência de pretensão de reexame fático-probatório (e-STJ, fls. 293-301).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fls. 305-306).

É o relatório. Decido.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é incabível a interposição do agravo do agravo em recurso especial contra decisão denegatória de seguimento do recurso especial fundamentada em recurso repetitivo e proferida após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), pois o único recurso cabível é o agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de origem, nos termos dos arts. 1.030, § 2º, e 1.042, *caput*, do CPC/2015 (v.g. AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, Terceira

Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016; AgInt no AREsp 1.053.970/DF, Rel. Ministro **Raul Araújo**, **Quarta Turma**, julgado em 25/4/2017, DJe 12/5/2017; e AgInt no AREsp 982.074/PR, Rel. **Ministra Maria Thereza de Assis Moura**, **Sexta Turma**, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016).

Desse modo, considerando que a decisão agravada publicada em 9/7/2019 (e-STJ, fl. 291) está fundamentada na conformidade do acórdão recorrido com precedentes firmados em julgamentos de recursos repetitivos, **não é possível o conhecimento do presente agravo acerca de tais tópicos** objeto da **negativa de seguimento do recurso especial**.

Quanto aos fundamentos remanescentes da decisão agravada, de inadmissão ante a **proibição de revisão dos aludidos entendimentos, óbice das Súmulas 7 e 83 do STJ**, o agravo igualmente não pode ser conhecido, por ficar prejudicado. Isso porque os referidos motivos estão atrelados às matérias julgadas com base nos recursos repetitivos, cuja pretensão recursal de reforma não pode ser conhecida.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator